UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
– EDITAL Nº 12/2026 - COPESE/UFPI

REALIZAÇÃO

COPESE
Concursos, Projetos
Estratégicos e Seleções

CADERNO DE QUESTÕES
Cargo: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ ANATOMIA

DATA: 18/10/2026
NÚMERO DE QUESTÕES: 50
HORÁRIO: das 08:30h às 12:30h

Nº DE INSCRIÇÃO:

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- Verifique se este caderno contém um total de 50 questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de respostas. Se não estiver completo, solicite ao fiscal de sala outro Caderno de Provas. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**

- As questões estão assim distribuídas:

  LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
  MATEMÁTICA: 11 a 20
  LEGISLAÇÃO: 21 a 30
  CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 31 a 50

- O candidato não poderá entregar o caderno de questões antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.

- As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **Cartão-Resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta escrita grossa.**

- Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **Cartão-Resposta devidamente assinado**. A não devolução implicará na **eliminação do candidato.**

LEIA O TEXTO I PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE 01 A 05.

A importância do serviço público

O serviço público é algo inerente à própria história da humanidade. Sempre existiu e tem por finalidade prestar trabalho de qualidade a uma determinada coletividade. Com o passar dos anos, a forma de ingresso no serviço público mudou. Hoje o critério não é ser amigo do rei. Hoje, independente da origem social da pessoa, ela pode se submeter a um concurso e ingressar na administração pública. É uma escolha, é uma opção de vida. As portas estão abertas para todos. Lamentavelmente, nas últimas décadas o servidor público tem recebido ataques ferozes de todos os lados, como se fosse culpado por todas as mazelas que ocorrem no país.

Vive-se um momento delicado, com uma pandemia batendo às nossas portas. Questiona-se: Quem está na linha de frente colocando a cara a tapa? Quem está colocando a sua própria vida em jogo para salvar as pessoas? Quem está cuidando da segurança dos cidadãos? Resposta! São os servidores públicos. Querem destruir a imagem do servidor público, querem fragilizá-lo, mas, na realidade, a intenção é destruir o serviço público, comprometer ainda mais a qualidade dos trabalhos prestados às camadas mais carentes da sociedade brasileira. Não se pode negar que vários segmentos da sociedade também estão contribuindo no combate ao coronavírus.

São nos momentos adversos que vem à tona as contradições. São nos momentos de dificuldades que deve se tirar algumas lições. Esse discurso do liberalismo, discurso do estado mínimo, discurso que o mercado resolve tudo é balela. É imprescindível um estado forte para intervir em defesa dos fragilizados socialmente. Não se pode tratar os desiguais de forma igualitária, pois com isso o fosso social se agravaria ainda mais. Na realidade esse discurso liberal tem por objetivo continuar protegendo uma minoria abastada que concentra em suas mãos a riqueza do país.

O discurso do Estado mínimo tem como objetivo manter os privilégios, manter as benesses nas mãos de uma minoria que lucra quantias fabulosas no sistema financeiro, nas mãos de uma elite que não é tributada sobre os lucros e dividendos e nas mãos de uma camada que se beneficia pela não regulamentação, até a presente data, do imposto sobre as grandes fortunas.

A maioria da classe política é muito egoísta, mesmo no momento de pandemia continua recebendo a verba indenizatória, totalmente imoral. Uma classe política que só pensa nos seus interesses pessoais, que não abre mão dos privilégios bancados pela sociedade brasileira e, nos momentos de dificuldades, sempre joga a responsabilidade nos ombros dos mais fracos, demonstra não ter compromisso com a população que a elegeu, além disso, incentiva o discurso que tudo que ocorre de ruim no país a culpa é do Servidor Público.

O governo acabou de aprovar uma reforma previdenciária, que aumentou de forma astronômica as alíquotas previdenciárias dos servidores públicos. Isso representou uma redução salarial, uma perda do poder aquisitivo e, consequentemente, uma queda na qualidade de vida de muitas famílias.

Não se pode abrir mão de um serviço público de qualidade, com profissionais preparados e bem remunerados. Os servidores públicos não podem ficar a bel prazer dos governantes de plantão, dependendo do humor do gestor público, pois o compromisso maior é garantir serviço de qualidade, de forma permanente para a sociedade brasileira, pois, afinal de contas, os homens passam e as instituições continuam.

*__Edivaldo Rocha dos Santos__ é bacharel em Direito e professor de História, servidor do TRE-MT. Fonte: https://www.fenajufe.org.br/artigos/a-importancia-do-servico-publico/ Texto publicado em: 21 maio 2020. Acesso em: 18 ago. 2026.

Com base no texto I, responda às questões a seguir:

1. Considerando as relações de significação entre as palavras assinale a opção CORRETA.

(A) **Vírus** é um hiperônimo de **coronavírus**.

(B) Em "Querem destruir a imagem do servidor público, querem fragilizá-lo", **destruir** e **fragilizar** são parônimas, pois derivam de radicais diferentes, mas compartilham a mesma origem etimológica.

(C) Nas frases "A maioria da **classe** política é muito egoísta" e "O político demonstrava muita **classe**" as palavras em destaque podem ser consideradas homônimas perfeitas já que possuem a mesma escrita (grafia) e o mesmo som (pronúncia), mas apresentam significados diferentes.

(D) Nas frases "Quem está na linha de frente colocando a **cara** a tapa?" e "A comida está muito **cara**" as palavras em destaquem revelam um exemplo de polissemia.

(E) Na frase "São nos momentos **adversos** que vem à tona as contradições" um sinônimo possível para a palavra em destaque seria "delicado".

2. No tocante à acentuação gráfica, assinale a opção INCORRETA:

   (A) Na frase "Não se pode negar que **vários** segmentos da sociedade **também** estão contribuindo no combate ao **coronavírus**", as palavras em destaque são acentuadas pela mesma regra de acentuação.

   (B) Na frase "O serviço **público** é algo inerente à própria história da humanidade", a palavra em destaque é acentuada por ser proparoxítona.

   (C) Na frase "A maioria da classe **política** é muito **egoísta**", a palavra "política" é acentuada por ser proparoxítona. Já a palavra "egoísta" é acentuada por causa da regra do hiato.

   (D) Na frase "O governo acabou de aprovar uma reforma **previdenciária**", a palavra em destaque é acentuada porque é paroxítona terminada em ditongo crescente.

   (E) Na frase "... **além** disso, incentiva o discurso que tudo que ocorre de ruim no **país**", a palavra "além" é acentuada por ser oxítona terminada em, "em", já a palavra "país" é acentuada por causa da regra do hiato.

3. Analise as afirmações abaixo no que concerne à regência verbal e nominal, em seguida, assinale a opção CORRETA.

   I. Na frase "Com o passar dos anos", há regência verbal.

   II. Na frase "Hoje o critério não é ser amigo do rei", há regência nominal.

   III. Na frase "Quem está cuidando da segurança dos cidadãos", existem **as duas regências**: a regência verbal e a regência nominal.

   (A) Apenas I está correta.

   (B) Apenas II está correta.

   (C) Apenas III está correta.

   (D) Apenas I e II estão corretas.

   (E) Apenas II e III estão corretas

4. Na frase "... a qualidade dos trabalhos prestados **às** camadas mais carentes da sociedade brasileira", o sinal indicativo de crase está empregado corretamente. Assinale a opção onde isso também ocorre:

   (A) O governo se compara à alguém que tem perda de memória.

   (B) Ele se referiu às pessoas que atuam no serviço público.

   (C) Os sindicatos aludem à uma causa específica.

   (D) O serviço público precisa ser entendido à partir das necessidades do povo.

   (E) Os trabalhos foram destinados à ele.

5. Na frase "Querem destruir a imagem do servidor público, querem **fragilizá-lo**" a palavra em destaque revela correção no uso do pronome átono. Trata-se da **ênclise** (o pronome fica depois do verbo), aplicada ao verbo principal que está no infinitivo. Assinale a opção que contém ERRO na colocação pronominal.

   (A) Alguém o viu sair do serviço mais cedo.

   (B) Não a vejo desde o último expediente.

   (C) Foram os servidores que o viram.

   (D) Novamente o viram nas imediações da universidade.

   (E) A família viu-o sair para o trabalho.

LEIA O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES 6 A 10.

TEXTO 2

(Título do texto omitido para fins didáticos)

Marcus André Melo (Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante do MIT e da Universidade Yale (EUA)) – Com adaptações

Temos assistido a um degaste sustentado da capacidade de Estado em nosso país. Em termos comparativos, nós tivemos uma trajetória relativamente bem-sucedida, embora incompleta, de afastamento de certos setores da administração pública em relação à política partidária, ao familismo e ao patrimonialismo

Uma das peças dessa trajetória tem sido a disseminação dos concursos públicos. O Brasil foi o primeiro país na América Latina a instituir o concurso público (1936) como forma de ingresso para carreiras no governo federal. Na área da diplomacia, os concursos datam de 1919.

A China aparece como a grande precursora. No início do século 11, as provas dos concursos já eram copiadas para impedir que os examinadores reconhecessem a caligrafia dos candidatos, e cada uma era avaliada por duas pessoas! Dois séculos depois, centenas de milhares disputavam as seleções. A partir de meados do século 17, a probabilidade de aprovação em cada etapa chegava a apenas 1 em 6.000.

O sistema sobreviveu, com poucas interrupções, até 1904. Foi abandonado e reintroduzido em caráter experimental apenas em 1987, quando o regime iniciou reformas econômicas e políticas. A ironia histórica é iluminadora: o país que inventara os concursos abandonou-os para depois retomá-los.

O Reino Unido adotou princípios meritocráticos em 1855, mas a competição realmente aberta só começou depois de 1870. Nos Estados Unidos, o Pendleton Act de 1883 instituiu o acesso meritocrático e criminalizou os assessments (dízimo pago pelos funcionários que eram nomeados pelos partidos, prática introduzida recentemente entre nós). Inicialmente restrito a uma pequena parcela do funcionalismo federal, o sistema alcançava 88% dos servidores em 1951. Na Argentina, a primeira lei federal sobre concursos é de 1973, segundo o The Merit Project: A New Dataset on Civil Service Examinations, 1789–2020, de Driscoll et al (2015).

O concurso não implica meritocracia e tem limitações importantes. Tampouco produz um Estado competente. Leis podem coexistir com patronagem, exceções e seleções fraudulentas. Onde não existem regras impessoais de recrutamento, dificilmente existe burocracia meritocrática. O concurso limita o patronato na entrada da burocracia, mas não controla a seleção de seus dirigentes nem impede que redes familiares capturem as instituições encarregadas de fiscalizá-la.

O que ainda se observa em nosso país, sobretudo no âmbito subnacional, onde se concentram 90% dos vínculos públicos, são estruturas patrimoniais e familistas. Elas se expressam das mais diversas formas: nomeações cruzadas ou familismo despudorado nos três Poderes. E aqui há pouca distinção ideológica. As nomeações de esposas de governadores para tribunais de contas —são oito casos recentes— são as mais escabrosas.

A degradação atual não consiste no desaparecimento dos concursos, mas na expansão de redes políticas e familiares ao redor das burocracias profissionais, neutralizando o universalismo formal que elas deveriam proteger. Nas redes familiares que entrelaçam, por exemplo, advogados e magistrados, e que ganharam escala inédita, o conflito de interesses é o menor dos problemas.

Fonte:
www1.folha.uol.com.br/colunas/marcusmelo/2026/08. Acesso em: 17/8/2026

6. Tomando por base a tese defendida no texto 2, assinale a opção que pode funcionar adequadamente como um título para ele.

(A) Meritocracia na base e patrimonialismo no topo.

(B) A lisura dos concursos públicos em países do mundo.

(C) A disseminação dos concursos públicos no mundo.

(D) Patrimonialismo na base e meritocracia no topo.

(E) O protagonismo da China na criação de concursos públicos.

7. Assinale o item que identifica e justifica adequadamente o gênero textual ao qual se vincula o texto 2.

   (A) Editorial, porque tem como objetivo apresentar a opinião institucional de uma empresa jornalística sobre os concursos públicos.

   (B) Crônica, porque tem como objetivo oferecer um relato confiável de fatos acerca de concursos públicos.

   (C) Artigo de opinião, porque tem como objetivo apresentar uma opinião pessoal sobre os concursos públicos.

   (D) Carta aberta, porque tem como objetivo mobilizar a sociedade em prol de uma causa ligada aos concursos públicos.

   (E) Carta de leitor, porque tem como objetivo oferecer um ponto de vista social sobre os concursos públicos.

8. Assinale a opção que NÃO faz a associação adequada entre expressões referenciais e os sentidos a elas atribuídos com base na ideia global do texto 2:

   (A) A expressão referencial **"as seleções" (linha 9)** faz retomada indireta de sentido de concursos públicos na China.

   (B) A expressão referencial **"o regime" (linha 12)** faz retomada indireta de sentido de sistema de concursos chineses.

   (C) A expressão referencial **"o sistema" (linha 11)** faz retomada indireta de sentido do modo de funcionamento dos concursos públicos chineses.

   (D) A expressão referencial **"que" (linha 30, em "que ganharam")** retoma o universalismo formal.

   (E) A expressão referencial **"elas" (linha 29)** retoma as burocracias profissionais.

9. Assinale o item a seguir que se encontra completamente adequado em relação à pontuação, de acordo com a norma culta do português brasileiro:

   (A) Assim como, a pólvora e o papel, também os concursos públicos vieram da China.

   (B) Hoje qualquer um, pode assumir um cargo público sem precisar de apadrinhamento.

   (C) Os cargos/funções de livre nomeação depõem contra a isonomia de acesso aos cargos públicos em qualquer lugar do mundo.

   (D) Concurso público é a forma mais democrática de seleção para o exercício de função pública, quem disse o contrário, ou é mal intencionado ou alienado.

   (E) No caso do acesso a cargos públicos, a meritocracia, meu caro leitor poderia/deveria ser ampliada. Há espaço para isso.

10. Assinale o item em que os verbos usados no pretérito perfeito e no pretérito imperfeito se encontram correlacionados de modo coerente, de acordo com a norma culta do português brasileiro:

    (A) Depois que ingressaram no parque, as crianças notavam que as paredes estavam rachadas e que teve teias de aranha em todos os cantos. O telhado estava todo quebrado e todas as piscinas estavam com a água verde e suja.

    (B) Era uma vez uma menina chamada Chapeuzinho Vermelho. Um dia, sua mãe pedia a ela para levar uma cesta com doces para a vovó doentinha e advertiu a menina: "Não entre na floresta nem converse com estranhos".

    (C) Um rei e uma rainha viviam em um luxuoso palácio. Um belo dia, a rainha dizia ao seu marido que logo teriam um bebê no castelo, pois estava grávida. Meses depois, uma princesa nasceu.

    (D) A pequena Cinderela ficou órfã de mãe. Mas logo o pai da menina se casava novamente. E, para a tristeza de Cinderela, a sua madrasta era uma viúva e tinha duas filhas muito más.

    (E) Era uma vez uma mulher que, quando ficou grávida, sentiu forte desejo de comer beterraba. Para satisfazer a esposa, o marido passou a pegar beterrabas na horta de uma vizinha.

MATEMÁTICA

11. Uma empresa do ramo alimentício produz 125 kg (quilos) de manteiga por dia. A manteiga é colocada em potes de 250 g (gramas) e distribuída em caixas com 50 destes potes. Um supermercado encomendou 250 caixas. Qual é a menor quantidade de dias possível para que a empresa consiga entregar este pedido?

(A) 10
(B) 15
(C) 18
(D) 20
(E) 25

12. Um investidor investe R$ 1.000,00 em uma instituição financeira que paga 1% ao mês no regime de juros simples. Em quanto tempo ele terá ganho R$ 500,00 de juros?

(A) 2 anos e 4 meses
(B) 3 anos e 6 meses
(C) 4 anos e 2 meses
(D) 5 anos e 8 meses
(E) 6 anos e 5 meses

13. Dois corredores, Paulo e Pedro, disputam uma prova em uma pista circular. Paulo completa uma volta em 16 minutos e Pedro em 22 minutos. Se ambos largam lado a lado do ponto de partida da pista, em quanto tempo estarão novamente emparelhados no mesmo ponto de partida?

(A) 2 horas e 50 minutos
(B) 2 horas e 56 minutos
(C) 5 horas e 52 minutos
(D) 5 horas e 56 minutos
(E) 6 horas e 2 minutos

14. A decoração de uma festa de aniversário utilizou balões nas cores azul, amarelo, verde e vermelho. As quantidades de balões de cada cor satisfazem as seguintes condições:

(I) A quantidade de balões na cor azul é igual a soma da quantidade de balões nas cores amarelo e verde.
(II) A soma da quantidade de balões nas cores azul e verde é igual a soma da quantidade de balões nas cores amarelo e vermelho.
(III) A quantidade de balões na cor vermelho é menor que a quantidade de balões na cor azul.

Qual das opções abaixo contém a informação CORRETA à respeito dos balões?

(A) A quantidade de balões na cor azul é igual ao dobro da quantidade de balões na cor verde.
(B) A quantidade de balões na cor amarelo é igual a quantidade de balões na cor verde.
(C) A quantidade de balões na cor amarelo é menor que a quantidade de balões na cor verde.
(D) A quantidade de balões na cor amarelo é maior que a quantidade de balões na cor verde.
(E) A quantidade de balões na cor vermelho é maior que a soma da quantidade de balões nas cores amarelo e verde.

15. Uma escola possui turmas nos turnos manhã e tarde. No turno da manhã há 400 estudantes a mais que no turno da tarde. Além disso, há 20 estudantes a mais no turno da manhã que 60% do número total de estudantes da escola. Qual das opções abaixo contém o quociente entre o número de estudantes do turno da tarde e o número de estudantes do turno da manhã?

(A) $\frac{2}{3}$

(B) $\frac{7}{11}$

(C) $\frac{9}{13}$

(D) $\frac{5}{6}$

(E) $\frac{3}{4}$

16. Pretende-se dividir um retângulo medindo 1,26 m de largura por 2,1 m de comprimento em quadrados com lados de mesma medida. Qual deve ser a medida dos lados desses quadrados para que se tenha o mínimo de quadrados?

(A) 6 cm

(B) 16 cm

(C) 30 cm

(D) 42 cm

(E) 54 cm

17. Um grupo de estudantes decidiu ir para uma pizzaria após um exame de Matemática. A conta total foi de R$ 300,00 e foi dividida igualmente entre todos os estudantes. No momento do pagamento dois estudantes não estavam com seus cartões de crédito e a conta foi novamente dividida igualmente entre cada um dos demais, fazendo com que cada um destes pagasse R$ 25,00 a mais em relação ao que teria pago na primeira divisão. Qual das opções abaixo contém a soma entre a quantidade total de estudantes do grupo e o valor pago por um dos pagantes?

(A) 81

(B) 82

(C) 84

(D) 85

(E) 86

18. Em um determinado grupo de pessoas, formado por adultos e crianças, o peso médio dos adultos é 70 kg e o peso médio das crianças é de 30 kg. Sabendo que o peso médio geral do grupo é 62 kg, é CORRETO afirmar que:

(A) O número de adultos é igual ao número de crianças.

(B) O número de adultos é o dobro do número de crianças.

(C) O número de adultos é o quádruplo do número de crianças.

(D) O número de adultos é seis vezes o número de crianças.

(E) O número de adultos é menor que o número de crianças.

19. Os números naturais de 1 a 12 estão distribuídos na tabela 4×3 a seguir. Sabendo que a soma dos elementos da primeira linha é igual a 21, a soma dos elementos da segunda linha é igual a 18, a soma dos elementos da terceira linha é igual a 20, a soma dos elementos da última é igual a 19 e a soma dos elementos da segunda coluna é 42. Qual das opções a seguir contém o valor de X+Z+B?

1	X	Y
2	Z	W
3	A	B
4	9	C

(A) 24
(B) 26
(C) 27
(D) 30
(E) 33

20. João investiu R$ 2.000,00 a 10% ao mês no regime de juros simples e Paulo aplicou R$ 10.000,00 a uma taxa de $i\%$ ao mês no regime de juros compostos. Sabendo que após 3 meses o montante de Paulo é o quíntuplo do montante de João, é CORRETO afirmar que:

(A) $i < 10\%$
(B) $i = 32\%$
(C) $i > 50\%$
(D) $i = 18\%$
(E) $20\% < i < 30\%$

21. Joaquim é servidor público federal efetivo, ocupante de cargo técnico-administrativo de nível médio na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no qual tomou posse por nomeação, após aprovação em concurso público, tendo entrado em exercício regularmente. Passados três anos, Joaquim foi aprovado em concurso público para outro cargo público federal, inacumulável com aquele que já ocupava, e nele tomou posse, sem se exonerar do cargo anterior.

    À luz da Lei nº 8.112/1990, o cargo anteriormente ocupado por Joaquim na UFPB ficará vago em razão de:

    (A) exoneração de ofício, por inobservância das condições do estágio probatório.

    (B) reversão, em decorrência do retorno de servidor aposentado à atividade.

    (C) promoção, decorrente de desenvolvimento na carreira do servidor.

    (D) readaptação, em virtude de limitação de capacidade física ou mental constatada em inspeção médica.

    (E) posse em outro cargo público inacumulável, hipótese expressamente prevista em lei como causa de vacância.

22. Mariana realizou concurso público para provimento de cargo de técnico-administrativo em educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ao ser aprovada e classificada dentro do número de vagas foi regularmente nomeada pela autoridade competente. Até o presente momento, contudo, Mariana ainda não compareceu para tomar posse, encontrando-se dentro do prazo legal para tanto.

    De acordo com o conceito de servidor previsto na Lei nº 8.112/1990, é CORRETO afirmar que Mariana:

    (A) já ostenta a condição de servidora pública, uma vez que a aprovação, a classificação e a nomeação, por si sós, já caracterizam a investidura em cargo público.

    (B) adquirirá a condição de servidora pública apenas quando entrar em exercício, sendo a posse mero ato preparatório, destituído de efeitos jurídicos próprios.

    (C) somente adquirirá a condição de servidora pública quando tomar posse, ato que, nos termos da lei, caracteriza a investidura em cargo público.

    (D) não poderá mais adquirir a condição de servidora pública, uma vez que a aprovação em concurso gera apenas mera expectativa de direito, esgotada com a nomeação.

    (E) adquiriu a condição de servidora pública no momento em que foi homologado e publicado o resultado final do concurso público.

23. A vigilância sanitária municipal, após constatar risco iminente à saúde da coletividade em um estabelecimento comercial, determinou a interdição imediata desse local, promovendo o fechamento das portas com lacre, sem requerer prévia autorização do Poder Judiciário.

    Ao executar materialmente a sua decisão, a Administração Pública, através da vigilância sanitária municipal, evidencia o seguinte atributo dos atos administrativos:

    (A) Presunção de legitimidade, atributo pelo qual o ato administrativo é válido até prova em contrário, cabendo ao interessado o ônus de demonstrar eventual ilegalidade.

    (B) Autoexecutoriedade, atributo que permite à Administração Pública executar diretamente suas decisões, inclusive mediante o uso de meios coercitivos diretos.

    (C) Tipicidade, atributo segundo o qual o ato deve corresponder a figura previamente definida em lei como apta a produzir determinado efeito jurídico.

    (D) Discricionariedade, atributo que autoriza a Administração a escolher livremente, sem qualquer parâmetro legal, o momento e a forma de sua atuação diante de risco à saúde pública.

    (E) Imperatividade, atributo que se traduz na possibilidade de a Administração impor unilateralmente obrigações a terceiros, independentemente de sua concordância, dispensada qualquer execução material direta do ato.

24. Após suposta infração disciplinar atribuída a Rogério, servidor técnico-administrativo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi instaurado processo administrativo disciplinar. Constituída a comissão, a mesma foi composta por três servidores estáveis, dentre eles, o presidente, que designou servidor para secretariar os trabalhos. Um dos membros da comissão é primo de Rogério, parentesco do qual a autoridade instauradora tinha conhecimento no momento da designação. Rogério, cientificado, requereu a exclusão desse membro por impedimento, invocando o parentesco existente. O requerimento foi indeferido pela comissão, e os trabalhos prosseguiram regularmente. Em razão da complexidade dos fatos apurados, o prazo de 60 dias para conclusão do processo, contado da publicação do ato que constituiu a comissão, foi prorrogado por igual período, mediante decisão da autoridade competente.

    Considerando o disposto na Lei nº 8.112/1990 acerca do processo administrativo disciplinar, é CORRETO afirmar que:

    (A) a composição da comissão não está irregular, pois o impedimento legal para participação em comissão de processo disciplinar alcança o cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, somente até o terceiro grau; e a prorrogação do prazo de 60 dias por igual período, diante da complexidade dos fatos, também está em conformidade com a lei.

    (B) a composição da comissão está irregular, pois a lei veda a participação, em comissão de processo disciplinar, de servidor que tenha qualquer grau de parentesco, consanguíneo ou afim, com o acusado, independentemente do grau.

    (C) a composição da comissão está regular quanto ao parentesco, mas a prorrogação do prazo é ilegal, pois o prazo de 60 dias para conclusão do processo disciplinar é improrrogável, devendo a comissão concluir os trabalhos no prazo original, sob pena de nulidade do processo.

    (D) a comissão deveria ter sido composta por cinco servidores estáveis, e não três, dada a gravidade da infração apurada, sendo nula sua constituição com apenas três membros, independentemente do parentesco alegado.

    (E) tanto a composição da comissão quanto a prorrogação do prazo são irregulares, pois o parentesco de qualquer grau impede a participação na comissão e o prazo de 60 dias, uma vez fixado, não admite prorrogação sob nenhuma hipótese.

25. Um usuário apresentou manifestação perante a ouvidoria da Universidade Federal do Pará (UFPA), questionando a regularidade de procedimento adotado em determinado setor da instituição. Antes de proferir decisão, a ouvidoria, dentro do prazo de que dispunha para decidir, solicitou informações e esclarecimentos diretamente a um servidor lotado no setor questionado. Diante da complexidade da matéria, tanto o prazo do servidor para responder à solicitação da ouvidoria quanto o prazo da ouvidoria para proferir a decisão administrativa final ao usuário foram, cada um deles, prorrogados uma única vez, mediante justificativa expressa.

    Considerando o regime de prazos estabelecido pela Lei nº 13.460/2017 (Lei de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos), é CORRETO afirmar que:

    (A) o prazo para a ouvidoria proferir a decisão administrativa final ao usuário e o prazo para o servidor responder à solicitação de informações da ouvidoria são ambos de quinze dias, podendo cada um deles ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, uma única vez.

    (B) o prazo para a ouvidoria proferir a decisão administrativa final ao usuário é de vinte dias, prorrogável uma única vez por igual período, ao passo que o prazo para o servidor responder à solicitação de informações da ouvidoria é de trinta dias, também prorrogável uma única vez por igual período.

    (C) ambos os prazos mencionados admitem prorrogações sucessivas, por igual período, sempre que a autoridade competente entender necessário, não havendo limite legal para o número de prorrogações.

    (D) o prazo para a ouvidoria proferir a decisão administrativa final ao usuário é de trinta dias, prorrogável de forma justificada, uma única vez, por igual período; já o prazo para que o servidor responda à solicitação de informações formulada pela ouvidoria é de vinte dias, também prorrogável de forma justificada, uma única vez, por igual período — tratando-se de prazos distintos, com destinatários e finalidades diversos.

    (E) o prazo de trinta dias aplica-se exclusivamente à decisão final da ouvidoria e é improrrogável, sendo a única prorrogação legalmente admitida a do prazo de quinze dias concedido ao servidor para resposta à solicitação de informações.

26. A Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) determinou a veiculação de campanha institucional de divulgação de programa de assistência estudantil. A campanha tem caráter estritamente educativo e informativo, e dela não constam nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, em conformidade com o disposto no art. 37, §1º, da Constituição Federal.

    Embora o §1º do art. 37 da CF/88 regule matéria relativa à publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, pode-se afirmar que a vedação à promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos nele contida constitui, primordialmente, desdobramento do princípio:

    (A) da publicidade, que, ao exigir transparência da atuação estatal, é autossuficiente para justificar tal vedação.

    (B) da moralidade administrativa, que impõe atuação ética e proba dos agentes públicos, sendo esse o fundamento exclusivo para a vedação da promoção pessoal na publicidade institucional.

    (C) da eficiência, pois campanhas publicitárias sóbrias e informativas otimizam o uso de recursos públicos, sendo esse o principal fundamento da vedação em exame.

    (D) da legalidade, pois a vedação decorre unicamente da necessidade de a Administração atuar nos estritos limites previstos em lei, não guardando relação com os princípios da impessoalidade ou da moralidade.

    (E) da impessoalidade, pois a vedação à promoção pessoal busca assegurar que a atuação administrativa seja voltada ao interesse coletivo, e não à vaidade ou à promoção da imagem pessoal do agente público.

27. Germana é servidora técnico-administrativa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ocupante do cargo de Assistente em Administração — cargo de natureza administrativa geral, sem exigência de formação técnica ou científica específica —, com carga horária de 40 horas semanais. Paralelamente, foi aprovada em concurso público e nomeada para o cargo de professora substituta em outra instituição federal de ensino, com carga horária de 20 horas semanais. Existe compatibilidade comprovada entre os horários das duas atividades e observância do teto remuneratório constitucional.

    Carlos, também servidor técnico-administrativo da UFMG, ocupante do cargo de Assistente em Administração, pretende acumular esse cargo com outro cargo de Assistente em Administração em autarquia federal diversa — nenhum dos dois de magistério, nem privativo de profissional de saúde com profissão regulamentada —, sustentando haver compatibilidade de horários entre ambos, mediante escala especial de trabalho.

    Considerando o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, na redação atualmente vigente, é CORRETO afirmar que:

    (A) tanto a situação de Germana quanto a de Carlos são lícitas, pois a Constituição Federal permite a acumulação remunerada de quaisquer dois cargos públicos, bastando, em qualquer caso, a comprovação de compatibilidade de horários entre as atividades exercidas.

    (B) a situação de Germana é ilícita, pois, para a acumulação de cargo de professor com outro cargo ser lícita, a alínea "b" do art. 37, XVI, da Constituição Federal exige que o segundo cargo seja técnico ou científico, o que não é o caso do cargo de Assistente em Administração por ela ocupado.

    (C) a acumulação pretendida por Germana é lícita, pois um dos cargos por ela ocupados é de professora, e a alínea "b" do art. 37, XVI, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 138/2025, passou a admitir a acumulação de cargo de professor com outro cargo de qualquer natureza — não mais exigindo que o segundo cargo seja técnico ou científico —, bastando a compatibilidade de horários, já comprovada; já a acumulação pretendida por Carlos é ilícita, pois nenhum de seus dois cargos é de magistério.

    (D) a vedação constitucional à acumulação remunerada, aplica-se exclusivamente a cargos públicos, não alcançando empregos públicos ou funções, tampouco se estendendo a autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

    (E) ainda que a situação de Germana se enquadre em hipótese constitucionalmente permitida de acumulação, a compatibilidade de horários entre as duas atividades é requisito dispensável nesse caso, exigível apenas nas hipóteses em que a acumulação não se enquadra em nenhuma das exceções constitucionais.

28. Rogério, servidor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), recebeu de um colega também servidor da mesma Instituição, para as providências cabíveis, um processo administrativo contendo relatório com informação em desacordo com os fatos. Em vez de encaminhar o documento tal como recebido e relatar a irregularidade, Rogério alterou o teor do relatório antes de dar-lhe seguimento, de modo a ocultar a inconsistência.

    Clarice, outra servidora da UFMA e amiga pessoal de Rogério, presenciou o momento em que ele alterou o documento. Ainda assim, optou por nada comunicar a seus superiores, permanecendo em silêncio sobre o que presenciara, exclusivamente por não querer comprometer a amizade que os une.

    À luz do Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), é CORRETO afirmar que:

    (A) apenas a conduta de Rogério configura violação ao Código de Ética; a conduta de Clarice, por não envolver ação positiva de sua parte, mas mera omissão silenciosa, não é alcançada por nenhum dever ou vedação previsto no Decreto nº 1.171/1994.

    (B) a conduta de Rogério configura a vedação do item XV, alínea "h" ("alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências"); a conduta de Clarice, por sua vez, configura simultaneamente o descumprimento do dever fundamental do item XIV, alínea "m" ("comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis") e a vedação do item XV, alínea "c" ("ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética"), pois seu silêncio, motivado por lealdade pessoal ao colega, frustra tanto o dever de comunicação quanto a vedação específica à conivência.

    (C) a conduta de Clarice configura apenas a vedação do item XV, alínea "b" ("prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores"), pois seu silêncio teve o efeito de proteger a reputação de Rogério perante a Administração.

    (D) a conduta de Rogério, embora reprovável do ponto de vista ético, não encontra correspondência em nenhuma vedação específica prevista no item XV do Decreto nº 1.171/1994, configurando apenas violação genérica ao dever de probidade do item XIV, alínea "c" do mesmo Decreto.

    (E) o silêncio de Clarice é conduta eticamente neutra, pois o Decreto nº 1.171/1994 impõe deveres apenas de ação direta do próprio servidor em relação às suas próprias atribuições, não abrangendo o dever de comunicar irregularidades cometidas por terceiros.

29. Antônio foi atropelado por veículo oficial da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) conduzido por Marcelo, servidor público, quando este se deslocava entre unidades do campus a serviço da instituição. Marcelo alega não ter agido com dolo ou culpa, atribuindo o acidente a falha mecânica repentina e imprevisível do veículo. Antônio pretende ser indenizado pelos danos sofridos e cogita ajuizar a ação diretamente contra Marcelo e não contra a UFMT.

    Considerando o disposto no art. 37, §6º, da Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

    (A) Antônio deve ajuizar a ação diretamente contra a UFMT, diante da responsabilidade objetiva do Ente Público, bastando a comprovação do nexo causal entre a conduta de Marcelo, nessa qualidade de agente público, e o dano sofrido por Antônio. O que não impede que a UFMT, uma vez condenada a indenizar Antônio, mova ação de regresso contra Marcelo, hipótese em que, aí sim, será necessário comprovar dolo ou culpa do servidor.

    (B) Antônio deve ajuizar a ação diretamente contra Marcelo, pois a responsabilidade pelos danos causados por agente público é do próprio agente, cabendo à UFMT responder apenas subsidiariamente, caso o patrimônio de Marcelo seja insuficiente para a reparação integral do dano.

    (C) a responsabilidade da UFMT perante Antônio depende da comprovação de dolo ou culpa de Marcelo, pois a teoria adotada pelo art. 37, §6º, da Constituição Federal é a da responsabilidade subjetiva do Estado, equiparada, nesse aspecto, à responsabilidade civil comum entre particulares.

    (D) mesmo diante de eventual condenação da UFMT a indenizar Antônio, não caberá ação de regresso contra Marcelo em nenhuma hipótese, pois o art. 37, §6º, da Constituição Federal assegura ao agente público imunidade patrimonial plena por atos praticados no exercício de suas funções.

    (E) a responsabilidade objetiva prevista no art. 37, §6º, da Constituição Federal aplica-se somente às pessoas jurídicas de direito público, não alcançando pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, ainda que o dano seja causado por agente destas no exercício dessa atividade.

30. Madalena tomou posse e entrou em exercício em cargo técnico-administrativo de provimento efetivo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), após aprovação em concurso público. Ao completar 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício, foi submetida à avaliação de desempenho realizada pela comissão constituída para essa finalidade, nos termos do art. 20, §1º, da Lei nº 8.112/1990, tendo obtido resultado integralmente satisfatório em todos os fatores legalmente exigidos, avaliação essa devidamente homologada pela autoridade competente. Com base nesse resultado, e invocando a literalidade do art. 20, caput, e do art. 21 da Lei nº 8.112/1990 — que mencionam, respectivamente, os prazos de 24 meses e de 2 anos —, Madalena requereu à Administração o reconhecimento imediato de sua estabilidade no serviço público, então com apenas 24 meses de efetivo exercício.

Considerando o disposto nos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.112/1990, o art. 41 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, é CORRETO afirmar que o pedido de Madalena:

(A) deve ser deferido, pois a aprovação homologada na avaliação de desempenho realizada aos 24 meses é, por si só, suficiente para a aquisição da estabilidade, nos exatos termos do art. 20 da Lei nº 8.112/1990, que não foi revogado nem alterado por qualquer diploma legal posterior.

(B) não deve ser deferido, pois o estágio probatório e a estabilidade são institutos totalmente autônomos e independentes entre si, de modo que a avaliação de desempenho realizada pela comissão é irrelevante para a aquisição da estabilidade, que decorreria exclusivamente do transcurso do prazo de 3 anos, independentemente de qualquer avaliação favorável ou desfavorável do servidor.

(C) deve ser parcialmente deferido, pois, ainda que a estabilidade em si dependa do prazo de 3 anos exigido pelo art. 41 da Constituição Federal, o estágio probatório, enquanto instituto autônomo disciplinado pelo art. 20 da Lei nº 8.112/1990, encerra-se aos 24 meses, de modo que, a partir desse momento, Madalena deixa de estar sujeita a estágio probatório, ainda que sua estabilidade só venha a ser adquirida 12 meses mais tarde.

(D) não deve ser deferido, pois a aquisição da estabilidade, independentemente de qualquer prazo fixado em lei ou na Constituição, depende sempre de ato discricionário da autoridade competente, praticado à vista de critérios de conveniência e oportunidade não vinculados a qualquer marco temporal.

(E) não deve ser deferido nesse momento, pois, embora os arts. 20, caput, e 21 da Lei nº 8.112/1990 mencionem, respectivamente, os prazos de 24 meses e de 2 anos, essa redação é anterior à Emenda Constitucional nº 19/1998, que elevou para 3 (três) anos de efetivo exercício o prazo exigido pelo art. 41, caput, da Constituição Federal para a aquisição da estabilidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Para descrever e localizar os órgãos abdominais, a cavidade abdominal é dividida em 9 regiões delimitadas por 2 planos verticais (médioclaviculares direito e esquerdo) e 2 planos horizontais (subcostal e intertubercular). É importante que o técnico em anatomia tenha conhecimento dos órgãos presentes em cada região abdominal no exercício de suas atividades laboratoriais. Neste contexto, analise as seguintes afirmativas:

I) A região epigástrica contém estruturas como a parte pilórica do estômago, o duodeno, o pâncreas, porção do fígado e a vesícula biliar.

II) No hipocôndrio esquerdo, estão presentes o estômago, a cauda do pâncreas e a flexura esplênica do cólon.

III) Na região inguinal direita, estão localizados o ceco, o apêndice vermiforme e a extremidade inferior do íleo.

IV) A região lombar direita contêm o cólon descendeste e porções do duodeno e jejuno.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e II
(B) II e III
(C) III e IV
(D) I, II e III
(E) II, III e IV

32. O aparelho locomotor é formado pelos sistemas esquelético, articular e muscular que atuam em conjunto para permitir a deambulação e o movimento das diferentes partes do corpo. Sobre aparelho locomotor, analise as seguintes afirmações:

I) Quando caímos com a mão abduzida, geralmente sentimos dor na fossa radial, o que pode sugerir fratura do escafóide.

II) Os músculos subescapular, supra espinhal, infraespinhal e deltoide formam o manguito rotador que protege e estabiliza a articulação do ombro.

III) Um técnico de anatomia sofreu uma torção no joelho e apresenta dor, inchaço e sensação de instabilidade. Neste caso, provavelmente o ligamento cruzado anterior (LCA) foi lesionado, já que sua função é evitar o deslocamento da tíbia e contribuir para a estabilidade do joelho durante o movimento.

IV) O músculo quadríceps femoral é o principal responsável pelo volume muscular da região posterior da coxa, é formado pelo reto femoral, vasto lateral, vasto medial e grácil.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e IV
(B) I, II e III
(C) II e IV
(D) I e III
(E) II, III e IV

33. Um homem de 55 anos sofreu um sério acidente automobilístico e apresenta graves problemas respiratórios e na pressão arterial, além de manifestar quadro de vômito. Qual das seguintes estruturas anatômicas a seguir pode ter sido comprometida?

(A) Diencéfalo
(B) Ponte
(C) Bulbo
(D) Medula espinhal
(E) Mesencéfalo

34. O coração é um órgão muscular, oco e contrátil, localizado na cavidade torácica, no mediastino, entre os pulmões com a função de promover a circulação do sangue para todo o organismo. No seu interior, pode-se observar dois átrios, dois ventrículos e um aparelho valvar para direcionar o fluxo sanguíneo em um único sentido. No que diz respeito ao funcionamento das valvas cardíacas, avalie se as afirmativas a seguir são Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

I) Na sístole ventricular, as valvas atrioventricuares direita e esquerda estão fechadas e as valvas semilunares das artérias aorta e tronco pulmonar estão abertas.

II) Tanto na sístole quanto na diástole ventricular as valvas tricúspide e mitral estão abertas.

III) Na diástole ventricular, as valvas tricúspide e bicúspide estão abertas e as valvas das artérias aorta e tronco pulmonar estão fechadas.

IV) Na sístole ventricular, as valvas atrioventriculares estão abertas e as valvas das artérias aorta e tronco pulmonar estão fechadas.

V) Na diástole ventricular, as valvas tricúspide e mitral estão fechadas e as valvas das artérias aorta e tronco pulmonar estão abertas.

Assinale a opção que contêm a sequência CORRETA de cima para baixo:

(A) F - F - V - F - F
(B) V - F - F - V - F
(C) V - F - V - F - F
(D) F - F - V - V - V
(E) F - F - F - V - V

35. O aparelho geniturinário compreende o conjunto de órgãos responsáveis pela produção e eliminação da urina e pelas funções relacionadas à reprodução. Sobre este aparelho avalie as afirmações seguintes como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

I) O trajeto percorrido pelos espermatozoides do local de sua produção até a saída do organsimo é: testículos - epidídimo - ducto deferente - ducto ejaculatório - uretra.

II) A fecundação do óvulo pelo espermatozoide ocorre normalmente na cavidade uterina.

III) Na posição anatômica, a bexiga urinária feminina esta situada posterior à sínfise púbica e anterior ao útero e à vagina.

IV) O percurso da urina desde sua produção até sua eliminação no meio externo é: rim - cálices renais maiores - cálices renais menores - pelve renal -ureter -bexiga urinária- uretra.

V) O rim direito normalmente encontra-se em posição um pouco inferior ao rim esquerdo devido a presença do baço.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA dos itens, de cima para baixo:

(A) F - V - F - F - V
(B) V - F - F - F - F
(C) F - V - V - V - F
(D) V - F - V - V - F
(E) V - V - V - F - V

36. Glândulas Endócrinas são um conjunto de glândulas localizadas em diversas partes do corpo, responsáveis por produzir hormônios e liberá-los no sangue, que os transporta para células-alvo onde devem atuar. Sobre estas glândulas, assinale a opção INCORRETA:

(A) Os glicocorticoides produzidos pela glândula supra-renal atuam como potentes anti-inflamatórios.
(B) A tireoide é a glândula que produz hormônios que contém iodo com a função de regular o metabolismo orgânico.
(C) Hipófise, ovário, fígado e glândulas salivares são exemplos de glândulas endócrinas.
(D) O sangue de uma pessoa em situação de perigo ou num momento de susto é identificado com aumento do hormônio adrenalina.
(E) A insulina é produzida pelo pâncreas e reduz a concentração de glicose no sangue.

37. Um técnico de laboratório recebeu 30 litros de aldeido fórmico a 37%. Qual volume de água deve ser acrescentando para obtenção de solução de formalina a 10%?

(A) 71 litros
(B) 300 litros
(C) 270 litros
(D) 30 litros
(E) 710 litros

38. Um laboratório de anatomia recebeu a doação de um cadáver de uma senhora de 70 anos pesando 45kg. Sobre a fixação deste cadáver analise as afirmações seguintes e marque a opção CORRETA:

I. Deve ser dissecada a artéria femural, realizada a canulação com cânula em "y" ou "T", para que haja fluxo de fixador tanto no sentido distal como proximal.
II. A dissecação da artéria femural direita e esquerda é indispensável, para que haja fixação adequada, evitando que algum dos lados fique com menor grau de fixação.
III. Deve-se aplicar de 10 a 12 litros de formol no mínimo, para adequada perfusão nos tecidos.
IV. Após a aplicação do formol, deve-se apalpar o cadáver para verificar possíveis áreas que ainda estão flácidas, necessitando de aplicação localizada de fixador.

Marque a opção CORRETA:

(A) Apenas a afirmação I está correta.
(B) Apenas as afirmações I, II, IV estão corretas.
(C) Apenas as afirmações III, IV estão corretas.
(D) Todas as afirmações estão corretas.
(E) Apenas as afirmações I, IV estão corretas.

39. Na prática de preparo de peças anatômicas, existem diferentes técnicas que podem ser usadas. Sobre este tema analise as afirmações a seguir.

I. A Diafanização pode ser realizada em água corrente, com substâncias químicas, com utilização de enzimas ou usos de larvas e insetos.
II. A maceração é um método de exame pela transparência de uma peça.
III. A plastinação consiste na preparação de peças pela impregnação forçada de polímeros, silicone, epoxi ou poliéster.

Marque a opção CORRETA:

(A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
(B) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
(C) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
(D) Apenas a afirmação III está correta.
(E) Apenas a afirmação II está correta.

40. Um técnico descreveu a remoção de um encéfalo humano da seguinte forma:

I. Com ajuda de um bisturi e um descolador, foi removido o periósteo da calvária e desinserido o músculo temporal.

II. Com uma serra circular e um formão, fez-se um corte horizontal dos ossos da calvária, iniciando pelo occiptal o mais próximo possível do pescoço.

III. Após a remoção da calvária, estando o cadáver em decúbito dorsal, o encéfalo deslocou-se para posterior, então seccionou-se a foice cerebelar que estava fixada na *crista galli*.

IV. Deslocou-se o encéfalo mais posteriormente para identificar o nervo óptico e realizou-se secção da haste da epifíse.

Sobre as afirmações anteriores é CORRETO declarar que:

(A) Apenas as afirmações I e IV estão corretas.

(B) Apenas as afirmações I e II estão corretas.

(C) Apenas as afirmações IV e II estão corretas.

(D) Todas as afirmações são corretas.

(E) Todas as afirmações são incorretas.

41. Uma peça anatômica estava em um tanque de 2.000 litros de volume total com várias outras peças e apresentou contaminação por fungo. Neste cenário, analise as sentenças a seguir:

I. Deve-se, preferencialmente, esvaziar todo o tanque e lavá-lo com água e sabão, além de tratar todas as peças do tanque.

II. Deve-se trocar toda a solução e tratar com hipoclorito apenas as peças contaminadas, para evitar danos nas peças não atingidas.

III. Deve-se tratar todas peças com água corrente e, se necessário, usar uma escova suave para remover totalmente os resquícios de fungo.

IV. As peças devem ficar pelo menos 05 dias em solução de (0,3 a 0,5%) de glicerina com etanol, para só então serem devolvidas à nova solução de formalina.

Sobre as afirmações anteriores, é CORRETO declarar que:

(A) Apenas as afirmações I, II estão corretas.

(B) Apenas as afirmações I, III estão corretas.

(C) Apenas as afirmaçõess I,III, IV estão corretas.

(D) Apenas as afirmações I, IV estão corretas.

(E) Todas as aafirmações estão incorretas.

42. Entende-se por biossegurança um conjunto de ações, normas e procedimentos destinados a prevenção, controle ou eliminação de riscos intrínsecos à saúde e acidentes ocupacionais em atividades laborais. A NR 32 estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde. Sobre biossegurança e riscos em laboratórios de anatomia, é CORRETO afirmar que:

(A) Radiações ionizantes e não ionizantes, assim como eletricidade, são classificados como de risco químico.

(B) O diagrama utilizado pela National Fire Protection Association expressa os tipos de riscos químicos em graus de 0 a 4, cada qual especificado por cores. Neste diagrama, o vermelho indica a inflamabilidade do produto, o amarelo simboliza os riscos à saúde (de material normal a letal), o azul representa a reatividade (de estável a pode explodir) e o branco (riscos específicos do material - OX, ACID, ALK, COR, ~~W~~).

(C) Para os trabalhadores em laboratório de anatomia, não é exigência o uso de roupas apropriadas que forneçam proteção à pele, como calças compridas de tecido grosso e sapato fechado, apenas o uso do jaleco é considerado suficiente para uma proteção adequada.

(D) Para circular ou permanecer nos laboratórios de anatomia, não é recomendado que o técnico de anatomia esteja vacinado contra tétano e hepatite B.

(E) Para manipular cadáveres conservados em tanque de formol, o técnico de anatomia deve utilizar equipamentos de proteção individual, entre eles, pode-se citar: protetor facial em acrílico, óculos apropriados e o uso de máscaras tipo PFF, com filtro HEPA, modelo N95.

43. Na área da anatomia, a conservação do corpo humano após a morte é um recurso valioso, tanto para o ensino quanto para a pesquisa, contribuindo para a formação de profissionais da saúde e para o avanço do conhecimento científico. Diversas técnicas foram desenvolvidas para fixação e conservação dos tecidos biológicos. Sobre agentes fixadores e preservadores analise as afirmações a seguir:

I. Um ou mais reagentes químicos são utilizados para a estabilização dos componentes teciduais como proteínas. Álcool, sais de zinco e trióxido de cromo são fixadores não coagulantes e como fixadores coagulantes podemos citar o formaldeído, o glutaraldeído e o ácido acético.

II. A glicerina tem sido utilizada na conservação de cadáveres por sua capacidade de preservar maior flexibilidade e proporcionar um aspecto mais natural às peças anatômicas, contudo, por ser frequentemente empregada após prévia fixação com formaldeído, seu manuseio deve ser realizado com a utilização de equipamentos de proteção individual em conformidade com as normas de biossegurança laboratorial.

III. Alguns fatores alteram a fixação dos tecidos, como, por exemplo, a proporção em volume, o recomendado é que o volume do fixador seja de pelo menos 15 a 20 vezes maior do que o volume do tecido nas fixações por imersão.

IV. Tecidos fixados em formalina tamponada neutra podem permanecer por longos períodos de tempo sem prejuízos para a conservação da peça anatômica.

Está INCORRETO o que se afirma em:

(A) I e II
(B) II, III e IV
(C) Apenas em I
(D) Apenas em IV
(E) I, II e III

44. Sobre o descarte adequado de resíduos, indique a opção INCORRETA:

(A) A ANVISA permite o descarte de peças anatômicas através do sepultamento em cemitério, desde que cumpridas a legislação municipal.
(B) A formalina pode ser armazenada temporariamente em recipientes rígidos e resistentes, até a coleta por empresa especializada e devidamente registrada nos órgãos ambientais.
(C) Sangue e líquidos corpóreos podem ser despejados diretamente na rede de esgoto, desde que atendam a regras ambientais.
(D) Um método usado na inativação química do formaldeído é a adição de bisulfito de sódio.
(E) O descarte de perfuro cortantes deve ser realizado em recipiente rígido, resistente à punctura, ruptura e vazamento, com tampa e sem identificação.

45. No dia a dia do laboratório de anatomia humana, estão presentes diversas substâncias químicas. Sobre este assunto análise as afirmações a seguir.

I. O Glicerol, devido ao seu pequeno tamanho molecular, penetra rapidamente nos tecidos, porém, a formação das pontes de metileno ocorre lentamente, podendo levar dias ou mesmo semanas.

II. O glutaraldeído também pode ser utilizado para fixação, porém, devido a sua penetração lenta, costuma ser aplicado apenas em peças pequenas e blocos de tecido.

III. O glicerol ou glicerina é um álcool com três grupos hidroxila e tem entre suas desvantagens a formação de ácido glicólico quando exposto ao oxigênio.

IV. O polietileno glicol é superior à glicerina como solubilizante e é um inibidor de crescimento de fungos.

Sobre as afirmações anteriores, é CORRETO declarar que:

(A) Apenas as afirmações II e IV estão corretas.
(B) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
(C) Apenas a afirmação IV está correta.
(D) Apenas as afirmações I e IV estão corretas.
(E) Todas as afirmações estão incorretas.

46. Na prática de preparo de Lâminas histológicas, podemos utilizar diversos fixadores. Sobre este tema analise as afirmações a seguir:

I. Os corantes comuns não penetram nas células vivas, por isso é necessário que elas sejam mortas e fixadas para então serem coradas.
II. A acetona é usada para fixação citológica, principalmente, quando se visa as dosagens histoquímicas ou determinações hormonais.
III. O Gutaraldeído não é um bom fixador, pois, ao mesmo tempo que fixa, desidrata o tecido, tornando-o muito duro.
IV. O Álcool etílico absoluto é usado sobretudo na fixação de tecidos a serem estudados sob microscopia eletrônica.

Marque a alternativa CORRETA:

(A) Apenas as afirmações I, II estão corretas.
(B) Apenas a afirmação I está correta.
(C) Apenas as afirmações I, II, IV estão corretas.
(D) Apenas as afirmações I, IV estão corretas.
(E) Apenas as afirmações III, IV estão corretas.

47. O uso de corantes na prática histológica é fundamental para a correta visualização das estruturas. Neste sentido, marque a opção INCORRETA:.

(A) A coloração vital é a utilizada em tecidos imediatamente após estes serem removidos do corpo.
(B) Os corantes podem ser classificados em: ácidos, que coram formações básicas; os básicos, que coram formações ácidas; e neutros, que são formados pela associação de um corante ácido com um básico.
(C) Os corantes metacromáticos podem conferir cores diferentes a estrururas diversas.
(D) Denomina-se coloração diferencial aquela que utiliza corante específico, ou seja, o que irá corar especificamente determinado tecido ou estrutura celular. Os tecidos e estruturas não corados são corados por meio de contracorante.
(E) A Hematoxilina é um corante natural que tem pouca afinidade tissular quando usada isoladamente. Combinada com sais de alumínio, ferro, cobre ou tungstênio, adquire grande afinidade tintorial nuclear.

48. O estudo dos cadáveres humanos continua a ser um recurso importante para a formação dos profissionais da área da saúde. Sobre a doação de cadáveres para estudo de anatomia humana nas Instituições de ensino é INCORRETO afirmar que:

(A) A Lei Federal 8.501, publicada em novembro de 1992, regulamenta a doação de corpos não reclamados para fins de ensino e pesquisa científica.
(B) Cadáveres não reclamados com causa mortis natural estarão passíveis de doação.
(C) Após 10 dias do óbito, o cadáver não reclamado junto às autoridades públicas poderá ser destinado às escolas de medicina para fins de ensino e pesquisa científica.
(D) O cadáver que não apresentar qualquer documentação, nem informações sobre endereço de parentes ou representantes legais, após ampla divulgação pela autoridade competente, em jornais locais, poderá ser destinado à doação.
(E) A qualquer tempo, os familiares ou representantes legais terão acesso aos dados relativos às características gerais, as fotos do corpo, a ficha datiloscópica do falecido ou outros dados mantidos pela autoridade ou instituição responsável para fins de reconhecimento.

49. Durante a manipulação de peças anatômicas conservadas em solução de formaldeído, um técnico de anatomia humana ingeriu acidentalmente o produto. Considerando os princípios de biossegurança e a toxicidade do formaldeído, assinale a opção que apresenta a conduta mais adequada a ser tomada:

(A) Se o técnico estiver consciente e não apresentar convulsões, deve-se fornecer 1 a 2 copos de água para diluição do produto e encaminhar imediatamente ao atendimento médico, levando informações sobre o produto e sua concentração.
(B) Oferecer leite para neutralizar o formaldeído e manter o técnico em observação e, se aparecerem sintomas, procurar atendimento médico.
(C) Induzir o vômito e oferecer grande quantidade de água, dispensando atendimento médico se o técnico permanecer assintomático.
(D) Manter o técnico em repouso e em observação e aguardar o aparecimento de intoxicação para procurar atendimento médico
(E) Induzir o vômito para eliminar rapidamente o produto e encaminhar para avaliação médica, levando informações sobre o produto e sua concentração.

50. Em um laboratório, durante o manuseio de peças anatômicas, um técnico inadvertidamente deixou cair respingos de substância irritante na mucosa ocular. Qual atitude ele NÃO deve realizar?

(A) Utilizar o chuveiro lava-olhos por 10 a 20 min, sempre mantendo o olho aberto.

(B) Na ausência de chuveiro lava-olhos, lavar o olho com soro fisiológico ou água corrente.

(C) Remover imediatamente lente de contato e somente após lavar os olhos, sempre esfregando bem até total remoção da substância.

(D) Notificar o acidente à chefia imediata assim que possível e manter registro escrito do ocorrido.

(E) Não aplicar solução de álcool etílico ou outra substância desinfetante na mucosa ocular.